



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 80/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL (PAD) N.º 11138/2018

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Raimundo de Campos Vieira, considerando o resultado do Pregão Eletrônico n.º 38/2019, cujo objeto se constitui no Registro de Preços para eventual aquisição de estabilizadores, nobreaks e baterias, RESOLVE, com amparo nas Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, nos Decretos n.ºs 5.450/2005 e 7.892/2013, e na Resolução Administrativa n.º 10/2007 do TRE da Bahia, registrar os preços da empresa **BRASUMIX EIRLI**, inscrita no CNPJ/MF n.º 28.314.084/0001-57, com sede na Rua 93, n.º 297, Quadra F14, Lote 32, Setor Sul, Goiânia – GO, CEP: 74.083-120, telefone n.º (62) 3434-8159, e-mail brasumix@outlook.com, representada neste ato pelo Sr. Bruno Quirino Lima, portador da Carteira de Identidade n.º 5040705 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob n.º 035.715.611-04, **indicados no Anexo I desta Ata**, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro, independentemente de transcrição.

Será incluído nesta Ata, no Anexo II, o registro das **licitantes** que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante vencedora** na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93.

O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua publicação na Imprensa Oficial, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

A assinatura da presente Ata implicará na plena aceitação, pelo fornecedor, das condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

A licitante vencedora somente será liberada, sem penalidade, do compromisso previsto nesta Ata, nas hipóteses previstas no art. 18, § 1º, art. 19, inciso I e art. 21, incisos I e II, do Decreto n.º 7.892/2013.

Passam a fazer parte desta Ata, para todos os efeitos, a documentação e propostas apresentadas pela licitante.

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste ajuste.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Raimundo de Campos Vieira
Diretor-Geral do TRE-BA

Bruno Quirino Lima
CPF Nº 035.715.611-04
BRASUMIX EIRLI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

ANEXO I – PREÇOS

Item	Especificação/Embalagem	Unid. de Medida	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
3.	BATERIAS ESTACIONÁRIAS SELADAS PARA NOBREAK: - Bateria estacionária 12V/7Ah, selada (VRLA) para uso em Nobreaks - Tensão nominal: 12V - Capacidade nominal: 7Ah - Carga de tensão constante - Tensão de flutuação: 13,20 a 13,80V @25°C - Dimensões em mm: 151x65x100 (Comprimento x Largura x Altura)* - Garantia de, no mínimo, 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento. *As dimensões poderão variar em ±2mm Marca / Modelo: Barasch / Barasch 7AH	UN	240	55,96	13.430,40
4.	ESTABILIZADOR DE TENSÃO MICROPROCESSADO: - Potência mínima de 1000VA / 1000W; - Compatível com impressoras laser e multifuncionais monocromáticas de até 40ppm; - Microprocessador de alta velocidade; - Filtro de linha integrado; - Plugue do cabo de força: padrão NBR 14136; - Tensão de entrada: 115V a 220V (bivolt automático) - Frequência da rede: 60 Hz; - Tensão de saída: 115 VAC; - Mínimo de 5 tomadas de saída com padrão NBR 14136; - Fusível rearmável ou regenerativo; - Proteção contra curto-circuito; - Proteção contra surtos de tensão entre fase e neutro; - Proteção contra sub/sobretensão de rede elétrica; - Proteção contra sobreaquecimento; - Proteção contra sobrecarga; - Leds indicativos das condições de funcionamento da rede elétrica; - Certificado conforme NBR 14373:2006; Garantia de, no mínimo, 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento.	UN	300	180,93	54.279,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

Item	Especificação/Embalagem	Unid. de Medida	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	Marca / Modelo: Ragtech / Ragtech 1000VA				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

Fornecedores que aderiram ao Cadastro de Reserva:

Item 4 – APH COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ: 26.844.775/0001-37.

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição dos equipamentos abaixo listados, conforme especificações constantes do Anexo A deste termo:

1.1 Estabilizadores de tensão bivolt automático com potência mínima de 1000 VA;

1.2 Nobreaks bivolt automático com potência mínima de 1400 VA;

1.3 Baterias estacionárias seladas para Nobreak.

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se da aquisição de equipamentos de proteção para as instalações elétricas, para atender a demandas dos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado.

Esta aquisição está alinhada aos objetivos estratégicos do TRE-BA, pois visa garantir a infraestrutura elétrica necessária ao funcionamento dos equipamentos e sistemas que facilitam o andamento dos diversos processos, administrativos e judiciais, que tramitam nas zonas eleitorais do interior do estado.

Por ser relevante a quantidade dos bens que se deseja contratar, e imprecisos os momentos para cada aquisição, haja vista que se pretende adquirir os equipamentos de acordo com a demanda, recomenda-se o uso do sistema de Registro de Preços.

3. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. A contratada deverá entregar o material na Seção de Gestão de Patrimônio localizada no Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), sito na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador – Bahia, ou, ainda, no Centro de Apoio Técnico – CAT, localizado no Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, Via Marginal da BR 324, Salvador – Bahia, conforme opção da Administração a ser informada quando do agendamento da entrega.

3.2. Horários de entrega: 13h às 18h, de segunda a quinta-feira, e 08h às 12h, nas sextas-feiras.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

3.3. A contratada deverá, obrigatoriamente, consultar a SEGEP, através dos telefones 71 - 3373-7077 ou 71 - 3373-7357, ou ainda através do e-mail segep@tre-ba.jus.br, para fazer o agendamento da entrega.

3.4. O prazo para a entrega do material será de 15 dias, contados do recebimento pela Contratada do “Pedido de Fornecimento”, que será emitido pela Fiscalização do Contrato, sempre que necessário, a partir do dia posterior ao recebimento da nota de empenho pela contratada.

3.5. Correrão por conta da contratada quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se aí a necessária mão de obra.

3.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos bens durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a contratada será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

4. RECEBIMENTO

4.1 O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização do contrato avaliará as características do material, verificando a conformidade destes com as especificações técnicas dispostas na descrição do Anexo A, devendo obedecer aos critérios abaixo. Estando os equipamentos em conformidade com as especificações exigidas, será por ela recebido definitivamente.

- Todos os equipamentos deverão ser entregues em embalagem individual, acompanhados de manual, impresso ou em mídia, de instruções e especificações técnicas;
- Serão aferidas marca e modelo de cada um deles;
- A caixa utilizada para transporte deverá estar em perfeito estado;
- Será verificada a condição externa do equipamento, que não deve possuir arranhões ou problemas de acabamento;
- A marca do produto entregue deverá estar indicada no próprio produto ou em sua embalagem. Produtos sem identificação serão rejeitados;
- Serão realizados testes de funcionamento por amostragem dos equipamentos (no mínimo 10%), para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas descritas neste Termo;

4.2. Os equipamentos inspecionados que apresentarem problemas que caracterizem defeitos, por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

transporte e/ou por processo fabril, deverão ser trocados, não sendo dado o aceite até que a troca seja efetuada. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

4.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização do contrato notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado para entrega.

4.4. Se a contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições exigidas no edital, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do material não entregue ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

4.5. Caso a Contratada não retire, no prazo de 90 dias, a contar do recebimento da notificação, o material recusado, ficará caracterizado o seu abandono, nos termos do disposto no artigo 1.275, Inciso III, do Código Civil, podendo a Contratante incorporá-lo ao seu patrimônio, encaminhá-lo a outros órgãos da Administração Pública ou, ainda, a entidades filantrópicas sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública federal, e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

4.6. A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho/contrato, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

4.7. Consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos materiais devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

5. GARANTIA

5.1. A Contratada, no ato de entrega dos bens, deverá apresentar os respectivos Termos de Garantia de Fábrica.

5.2. O material deverá ter garantia de fábrica mínima de 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo.

5.3. A fabricante deverá possuir assistência técnica na cidade de Salvador-BA ou Região metropolitana.

5.4. Durante o prazo da garantia legal, a Contratada garantirá a qualidade do material fornecido, obrigando-se a reparar, sem ônus para a Contratante, aquele que apresentar vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

consumo a que se destinam ou lhe diminuam o valor. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a Contratada será notificada para que substitua o produto por outro novo da mesma espécie, marca e modelo, em perfeitas condições de uso, em no máximo 07 (sete) dias a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções previstas no edital e no contrato.

5.5. O pedido de substituição ou de reparo do objeto contratado, durante o período de garantia legal, poderá ser formalizado por e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação.

5.6. A garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra vícios, defeitos ou incorreções advindos da fabricação, montagem e desgaste excessivo”.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a)** entregar os bens no prazo, nas especificações e na quantidade constantes neste termo de referência, assim como com as características descritas na proposta;
- b)** atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c)** substituir os produtos danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- d)** responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e)** responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f)** manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g)** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- h)** não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se autorizado neste termo de referência;
- i)** conferir garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste termo de referência.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes neste termo de referência e no edital;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

8.1. A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado – **0,5% (meio por cento), sobre o valor do material entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 20 dias;**
- b) inexecução parcial – **25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do material não entregue;**
- c) inexecução total – **25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total contratado;**
- d) atrasar, até no máximo 05 (cinco) dias, o atendimento para a reparação do vício ou incorreções ou a substituição do produto que apresentou, dentro do prazo de garantia legal, vícios ou incorreções decorrentes da fabricação ou do seu uso correto que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – **1% (um por cento), do valor de aquisição do bem, por dia de atraso;**
- e) não realizar a reparação do vício ou incorreções ou a substituição do produto que apresentou, dentro do prazo de garantia legal, vícios ou incorreções decorrentes da fabricação ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – **25% do valor de aquisição do material não substituído.**

8.2. Ultrapassado o prazo estabelecido no **subitem 8.1, alínea “a”**, a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

8.3. A aplicação da penalidade estabelecida no **subitem 8.1, alínea “e”** não afasta a obrigação de substituição do bem ou do pagamento do seu equivalente.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Contratos

9.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26º, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

9.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Contratante decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

10. PAGAMENTO

10.1. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

10.1.1. Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal;

10.1.2. Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal.

10.2. Condiciona-se o pagamento a:

I – Apresentação da nota fiscal discriminativa da execução do objeto contratado;

II – Declaração da fiscalização do contrato de que o fornecimento se deu conforme pactuado.

10.3. A Contratada indicará na nota fiscal o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

10.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.